

Parte 5 - Territorialidades, representações do mundo vivido e modos de significar o mundo

Uma leitura etnogeográfica do Brasil sertanejo

Maria Geralda de Almeida

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ALMEIDA, MG. Uma leitura etnográfica do Brasil sertanejo. In: SERPA, A., org. *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações* [online]. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 313-336. ISBN 978-85-232-1189-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Uma leitura etnogeográfica do Brasil Sertanejo

Maria Geralda de ALMEIDA
Professora, Universidade Federal de Goiás
mgdealmeida@gmail.com

Apresentação

Uma característica do estudo geográfico é ser ele uma representação do mundo, uma representação mental abstrata que adquire sentido próprio dentro do marco de uma ideologia e de uma problemática. A forma como os geógrafos convertem em discursos e imagens suas análises espaciais e das ações humanas corresponde à valoração de distintos pontos de vista, que são sempre restritivos, pois se referem a fenômenos vistos por um ângulo determinado. Ela é, pois, uma representação dos geógrafos.

A geografia das representações, conforme Bailly (1998), tem dois axiomas basilares: a realidade objetiva não existe fora de nossas construções e nossas construções constituem uma imagem parcial da realidade tal como a formatamos. Breve, a geografia é, simultaneamente, imagem e ideologia do mundo.

De acordo com o mesmo autor (1998), cinco grandes princípios permitem definir o enfoque geográfico: existência, representação, imaginário, criação e retroação.

No princípio existência, os geógrafos interessam-se pelos homens em sociedade. Estes, por sua vez, formam parte da sociedade cujas ideologias são seu reflexo.

No princípio de representação, pode-se considerar a inexistência de realidade objetiva fora de nossas construções. O conhecimento geográfico baseia-se na representação de fenômenos a partir de conceitos, conforme já mencionado acima. Bailly (1998, p.29) propõe, assim, a Geografia como “estudo das representações da organização e das práticas espaciais delas decorrentes”.

No princípio do imaginário, uma proposição geográfica é uma imagem, um modelo simplificado do mundo ou parte do mundo, conforme a escala definida.

No princípio da criação, a representação é uma criação de um esquema pertinente, porém, parcial, de um processo ou de um espaço que nos remete a nossas ideologias e à maneira de estruturá-las.

E, por último, no princípio de retroação, as representações se alimentam das práticas e vice-versa. Exemplificando, uma sociedade que cria um modo de vida não o faz unicamente pelas suas técnicas de produção como, tam-

bém, pelo seu modo de significar o mundo. Como afirma Claval (2003), viver em um lugar não é somente deixar-se embalar pelo ritmo sazonal como também fazer escolhas, arbitrar entre as múltiplas opções, fazer uma idéia do que se deve ser e moldar suas ações conforme seus valores e ideologias. A geografia deve ter isso em conta ao efetuar a construção do conhecimento.

A construção do conhecimento geográfico e as causas de sua subjetividade decorrem de uma transposição de uma imagem de objetos, de práticas e de processos espaciais e consiste na seleção coerente de determinados elementos considerados como pertinentes em detrimento de outros. Este processo de escolha é também subjetivo e conduz à construção de descrições, explicações e interpretações do conhecimento geográfico. Para Bailly (1984), a produção do geógrafo é reveladora das escolhas ideológicas, epistemológicas, enfim, da sua visão de mundo.

A geografia, repetindo, é um conhecimento (representação elaborada pelos geógrafos) do conhecimento (das formas que as sociedades e pessoas traduzem em imagens suas experiências do espaço vivido). Esta geografia, consciente de sua subjetividade, busca nos discursos, nas práticas espaciais, nas representações dos homens, suas racionalidades e sentimentos de pertencimento, as coerências e contradições para conhecimento do lugar, das regiões e dos territórios.

É pelo conhecimento das representações das pessoas que é possível captar os valores que dão sentido a seus lugares de vida e entender a maneira pela qual elas modelam as paisagens e nelas imprimem suas convicções (ALMEIDA, 2003a). Os territórios, como portadores de ideologias, de representações simbólicas e também do inconsciente, de relações diversas e de base material, conduzem a um enfoque diferenciado da territorialidade, em si mesma uma imagem do mundo, subjetiva, evolutiva. Intimamente vinculada a essa discussão sobre a territorialidade, propomos aquela da identidade. O processo de construção das identidades, de acordo com Claval (2003, p. 92), não se baseia somente na aceitação de "um quadro material compartilhado e de um sistema de controle social recíproco que conduz ao conformismo, porém, ele implica, também, na interiorização dos valores centrais propostos por 'externalidades' que dominam".

À luz dessa reflexão e do entendimento sobre as representações, busca-se, neste texto, discutir as identidades territoriais, a etnoterritorialidade do

sertanejo do sertão brasileiro. Para tanto, serão evidenciadas as dimensões culturais construídas “no mundo rústico, sertão, onde estariam nossas raízes e nossa autenticidade”, conforme nos lembra Martins (2000, p.28), para entender esse sertanejo e, nisso, entendermos a nós. Como somos e de onde viemos, ou melhor, como nos representamos, como somos representados e poderíamos nos representar são indagações e respostas para nos auxiliar a compreender as identidades territoriais, posto que elas não existem fora das representações. É pela cultura que estas populações fazem sua mediação com o mundo, constroem um modo de vida particular e se “enraizam” no território. Há, assim, uma herança cultural que permeia a relação com o território.

Ao destacar essas identidades, longe de “fabricar” uma tipologia, um mito sobre identidade sertaneja, pretende-se chamar atenção de estudiosos da ciência geográfica para os elementos de uma diversidade invisível, contida na expressão “identidade ou cultura sertaneja”, os quais possam favorecer a compreensão desse universo espacial. As identidades se imbricam, se mesclam e apresentam dinamicidade, o que não permitiria, também, referir-se a uma identidade cultural e territorial unívoca para o sertanejo. Além disso, essas identidades possibilitam identificar padrões culturais que interessam aos estudos etnogeográficos com abordagem na geografia cultural.

Territórios e territorialidades sertanejas e suas dimensões

Pelo exposto até então, fica evidente como a cultura consolida o ser sertanejo. Claval (1995) dizia ser pela cultura que as populações interagem com a natureza, fazem a sua mediação com o mundo e constroem um modo de vida particular. Deve-se, portanto, atentar-se para o significado da natureza para a compreensão da identidade sertaneja. Pela compreensão do uso e pelas representações feitas sobre a natureza, entende-se a manutenção/extinção de expressões culturais denotadoras de uma interação homem-sertões e como essas populações sertanejas “enraizam-se” no território.

Situar o território como necessário para as territorialidades já o fizemos em artigo intitulado *Fronteiras, Territórios e Territorialidades*. Nele, evidenciamos que “o território responde em sua primeira instância, a necessidades

econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam” (ALMEIDA, 2005, p.108) . Isso não exclui nem lhe atribui apenas a dimensão instrumental. O território é, também, objeto de operações simbólicas e é nele que os sujeitos projetam suas concepções de mundo.

O território é, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem a sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural. Nestas condições, compreende-se de que maneira o significado político do território traduz um modo de recorte e de controle do espaço, garantindo sua especificidade, e serve como instrumento ou argumento para a permanência e a reprodução dos grupos humanos que o ocupam.

Este vínculo do homem com o espaço ocupado nos remete à discussão sobre identidade territorial. Haesbaert (2007) é enfático ao afirmar que ela somente se efetiva quando se torna elemento central para a identificação e ação política de um grupo social e este se reconhece de alguma forma, como participante de um espaço e de uma sociedade comum.

A preocupação com a identidade é também discutida por Penna (1992, p. 56), ao interrogar sobre “o que faz ser nordestino?” A autora discute possíveis hipóteses na configuração dessa identidade como a naturalidade, a vivência e a cultura e ainda a auto-atribuição do indivíduo. Ela reforça que “deve se abandonar qualquer enfoque da identidade que a conceba necessariamente como monolítica, única ou estável, ou ainda como dotada de existência própria”. Partindo desta compreensão, é inevitável a conclusão de que muitos laços de identidade se manifestam na convivência com o lugar, com o território. Todavia, os significados desses laços não são marcados pela unicidade e sim pela multiplicidade de percepções.

Abordando ainda a relação entre identidade e território, Haesbaert (1999, p. 172) parte do pressuposto geral de que “toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território [...]”.

Esta é uma afirmação que merece reflexões. Deve-se considerar, conforme Saez (1995), que, para a apreensão da questão identitária, tem que se ter em conta concomitantemente sua historicidade, sua relatividade, seu caráter interativo e dinâmico. A segunda reflexão é que, ao tratar-se das relações entre cultura, identidades e territórios, impõe-se, ao estudioso, considerar

simultaneamente a plasticidade da noção de identidade e a polissemia dos termos cultura e território. Em outras palavras, a complexidade da identidade territorial sugere, no entendimento de Di Meo (2001), uma concepção de território multidimensional participando de três ordens distintas: da materialidade, da maneira como a biosfera registra a ação humana e se transforma por seus efeitos; da ordem da psique individual, na qual a territorialidade identifica-se pelo viés emocional do homem na relação com a terra; e, da terceira ordem, a das representações coletivas, sociais e culturais. São as representações que conferem sentido ao território e elas se regeneram em contato com o universo simbólico do qual o território fornece a base referencial.

Pelo exposto, conclui-se que tratamos de um território multiescalar, aberto para acolher a diversidade de combinações espaciais que tecem as sociedades com a experiência individual na superfície terrestre. Acresce-se que ele é dotado de uma historicidade caracterizada por seus ritmos específicos.

Levando em conta esses elementos, pode-se tratar da territorialidade. A territorialidade considera tanto as questões de ordem simbólico-cultural como também o sentimento de pertencimento a um dado território. Como ressaltamos anteriormente, “[...] território ele o é para aqueles que têm uma identidade territorial com ele, o resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas” (ALMEIDA, 2005, p. 109). Essas relações são possíveis, posto que os símbolos são instrumentos de representações das coisas do mundo real e, nas representações, os tempos se misturam, se impõem. A cultura, como dimensão de operações simbólicas, adere às paisagens e as constrói, conformando-as mediante vivências e significações. No caso da identidade sertaneja, em seu estudo sobre o norte goiano, Rigonato (2005) afirma que as heranças sociais, culturais e étnicas do sertanejo cerradoeiro são manifestadas de diferentes maneiras: nas formas de reconhecimento e utilização das fitofisionomias, no preparo e emprego de plantas, no uso da terra e em rituais e festas organizadas pelas pessoas do/no Cerrado.

O uso do Cerrado e da Caatinga pelos seus habitantes torna-se um marco identitário das populações e paisagens sertanejas. De acordo com o grau de pertencimento ou de identidade dos habitantes de um dado território, Bassand (1990) estabelece a seguinte tipologia:

- 1) os apáticos e os resignados: destacam-se pela atitude passiva e por não se identificarem com os interesses locais e territoriais;
- 2) os migrantes potenciais: aqueles que não vêem perspectivas de realizações de seu projeto pessoal naquele território e estão buscando ocasiões para migrarem;
- 3) os modernizadores: este tipo geralmente forma a parcela dos bem sucedidos na política e na economia local e são, quase sempre, depreciadores do patrimônio e da história local que consideram como tradições obsoletas e retardatárias.
- 4) os tradicionalistas: dotados de uma identidade histórica, patrimonial e emblemática muito forte, são os que reivindicam um projeto territorial consistente para congelar a região em seu estado de desenvolvimento atual, ou seja, em reconstruí-la segundo um modelo antigo de caráter mítico.
- 5) os regionalistas: estes preconizam o desenvolvimento autônomo de sua região a qualquer preço e mediante o recurso de qualquer meio, uma vez que consideram asfixiante o centralismo estatal.

Esses cinco tipos têm suas representações, como, no caso, no Norte Goiano, assumidas por diferentes grupos sociais, que revelam uma dada consciência sócioespacial. *Grosso modo*, ali os apáticos e possíveis migrantes são encontrados entre os pequenos agricultores, antigos garimpeiros e a geração de jovens nativos. Para isso contribuem as baixas perspectivas de trabalho e de emprego. Os modernizadores investem no turismo e associam-se aos políticos que manipulam discursos e ações junto aos órgãos de fomento de desenvolvimento territorial.

Pode-se, pois, afirmar que a identidade cultural dá sentido ao território e delinea as territorialidades. A territorialidade, por sua vez, pode definir uma relação individual ou coletiva ao território, se apóia sobre as paisagens e revela uma etnogeografia sertaneja.

As diversas identidades sertanejas

Sem querer construir uma tipologia identitária do sertanejo, esboça-se, contudo, perfis que foram identificados nos estudos feitos por Costa (2005), Mendonça (2005), Almeida; Vargas (1998) e Vargas (2003). São quatro os principais grupos identitários: os cerradeiros e/ou geraizeiros, os caatingueiros, os barranqueiros e vazanteiros e irrigantes modernos. Embora levando em conta que são traços gerais, o propósito é, repetimos, evidenciar a diversidade dos sertanejos e o risco ao se fazer uma leitura e um discurso sobre os sertões, considerando-os como uma sociedade, uma paisagem e um território único.

Os Geraizeiros e/ou Cerradeiros

A paisagem que compõe este território está vinculada àquela formação a que se denomina *os gerais*, ou seja, os planaltos, as encostas e os vales das regiões de cerrados, com suas vastidões que dominam as paisagens do bioma Cerrados. A denominação geraizeiro é usada mais em Minas Gerais e dada pelas outras populações tradicionais com as quais os geraizeiros se relacionam. Guimaraes Rosa (1968, p.130) refere-se a eles como “pessoal dos *gerais* - gente mais calada em si e sozinha, moradores das grandes distâncias”. Cerradeiros é o termo defendido por Mendonça (2005), ao referir-se às populações do Cerrado de modo geral.

Essas populações possuem uma forma singular de apropriação da natureza, regida por um sistema de representações, códigos e mitos. Os cerrados, com seus tabuleiros, espigões e chapadas, fazem parte da estratégia produtiva e garantem suas reproduções com diversos produtos do extrativismo. Além de fornecer alimentos e remédios para o auto-sustento familiar, o extrativismo desempenha, cada vez mais, um papel importante na geração de renda pela comercialização de frutos, óleos, plantas medicinais e artesanatos, como no caso das populações de pequenas comunidades no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros em Goiás.

Conforme já foi dito, os cerradeiros reconhecem inúmeras zonas ecológicas com qualidades específicas pela combinação de fatores que interagem, diferenciando a qualidade de solos, a vegetação, as influências sutis

deixadas pela rede de drenagem do presente e do passado. Pode-se afirmar, repetimos, que a diversidade dos sistemas produtivos relaciona-se com a diversidade de ecossistemas que compõem os cerrados. Os cerradeiros constroem um mosaico de atributos ecológicos e culturais que se realiza por sua interação, conformando uma unidade da paisagem, fato já relatado nos estudos de Rigonato (2005).

Alguns estudos, na opinião de Costa (2005), identificam que, em Minas Gerais, na percepção dos geraizeiros, esse imenso gerais é recortado por pelo menos quatro grandes unidades ecológicas: a chapada, os tabuleiros, os carrascos e as vazantes. Assim, comenta Dayrell e outros (2005, p. 64):

a apropriação é realizada aproveitando-se a fertilidade e a umidade das vazantes para as culturas mais exigentes. Nos tabuleiros, constroem suas moradas, plantam os quintais, criam os pequenos animais e cultivam plantas adaptadas. Das chapadas e dos carrascos provém o complemento fornecido pela diversidade de frutíferas nativas, óleos, fibras, forragem para o gado, lenha, madeira para diversos fins.

Na opinião de Costa (2005), a ocupação com os geraizeiros e seus sistemas de produção, de natureza agro-extrativista, conseguiu manter, durante muito tempo, o funcionamento das funções ecológicas dos ecossistemas e, principalmente, o delicado equilíbrio hidrológico dos recursos hídricos no território. Contudo, com a implantação de projeto desenvolvimentista no Brasil, a partir dos anos 1970, o governo federal, principal interventor na região, com seus financiamentos subsidiados e seus incentivos fiscais, deu início à modernização dos Cerrados. Assim, desconsiderou as populações que aí viviam secularmente, privilegiando as oligarquias tradicionais, os setores industriais e agro-industriais da sociedade dominante.

No caso do Norte de Minas, nas terras de ocupação geraizeira, implantou-se uma floresta exótica de eucalipto e *pinus* para subsidiar o pólo siderúrgico mineiro. Essa floresta, que ocupa vastas áreas, é considerada a maior planta de celulose do mundo. A partir desse cultivo, foi a constituição de uma nova paisagem que afetou as bases de sustentação da agricultura familiar tradicional, agravando os desníveis sócio-econômicos entre as camadas sociais norte mineiras e, com impactos nos recursos naturais, acelerou seu processo de deterioração.

Situações de conflitos semelhantes a este em territórios dos Cerrados são, freqüentemente, relatados. Almeida (2005), por exemplo, aponta os projetos de modernização do cerrado com a soja e o desmatamento para as carvoeiras no norte de Goiás. Mendonça (2005) denuncia a condição de cerradeiros face à construção de barragens no cerrado, desde pequenas centrais hidrelétricas até grandes barragens no Estado de Goiás. Este autor alerta que a expulsão e a conseqüente desterritorialização dos cerradeiros faz com que eles se desenraizem, o que gera incertezas e problemas individuais e coletivos, sociais, culturais, políticos e econômicos, além da perda da relação de pertencimento, que jamais será refeita. Katzer (2005) discute a expansão da sojicultura em um assentamento do Sudoeste de Goiás e apresenta dados estimativos da Agencia Rural do Estado de Goiás, para a qual, na safra 2004-2005, 4.300 hectares tiveram uma ocupação com culturas temporárias, sendo que 97,67 % haviam sido ocupados com soja e somente 2,33% com milho, safra normal e arroz. Em outras palavras, a “sojinização” já atingiu áreas tradicionalmente consideradas como de cultivo de subsistência e de pequena criação de gado leiteiro.

Neste estado, foram construídas ou estão sendo planejadas grandes obras infra-estruturais, para a região de Cerrados, como as Usinas Hidrelétricas de Lajeado, Canabrava, Couto Magalhães e Serra da Mesa. Esta última tem um espelho d’água que ocupa uma área similar àquela da cidade de São Paulo, sendo considerada como o segundo maior lago construído para produção de energia elétrica do mundo.

Atualmente, nova paisagem encontra-se nos horizontes do cerrado goiano, com a intenção declarada do governo estadual de incentivar, prioritariamente, as usinas de álcool de cana-de-açúcar. Anuncia-se a construção de mais de 30 usinas, em curto prazo, como parte do projeto sucro-alcooleiro, que faz parte da política energética estimulada pelo governo federal.

Os inúmeros movimentos sociais da sociedade civil organizada, relativos aos cerrados, demonstram experiências de luta para a conservação dos cerrados e pelo seu uso não destrutivo. Estas populações vêem a necessidade de incorporar técnicas que causem menos impactos nos cultivos, agora mais intensivos devido à restrição das terras, à restrição da oferta de água e à perda da biodiversidade. Isso permite afirmar que a natureza converte-se em um patrimônio cultural, conforme já mencionamos (ALMEIDA, 2003b).

A percepção de que as populações tradicionais têm uma convivência estreita com a natureza nestas áreas e o fato de que elas dispõem de saberes e interesses de manutenção da biodiversidade, da qual depende a sua sobrevivência, têm fortalecido a compreensão de que elas são sujeitos sociais importantes nas discussões e políticas que envolvem os cerrados

Os Caatingueiros

Os caatingueiros se encontram situados na vasta região da caatinga, que ocupa a região Nordeste brasileira, desde o Piauí até o sopé da Serra Geral, que corta longitudinalmente o território do norte de Minas Gerais.

A caatinga, por suas características naturais, era considerada como própria para a criação de gado extensivo. De acordo com Menezes (2007), historicamente, o processo de formação e ocupação do sertão nordestino ocorreu quando ele começou a adquirir importância e ampliou-se o interesse de integrá-lo à colonização portuguesa. Segundo Andrade (1986), isso foi decisivo para comandar a arremetida para os sertões na busca de terra para a criação de gado, para a demanda de animais para engenhos e para o abastecimento dos centros urbanos em crescimento. Nesse período, os pequenos produtores ali se dedicavam aos cultivos de milho, feijão, mandioca e algodão, abastecendo as grandes propriedades e a população urbana local. Aqueles que não possuíam área suficiente estabeleciam com o grande proprietário uma relação de agregados, arrendatários ou meeiros ou, quando este não cedia a terra, os desprovidos de terras transformavam-se em posseiros, ocupando novas áreas. Contudo, os “currais”, o domínio da pecuária na caatinga, nos fins do século XIX, atingiu tamanha hegemonia que Abreu (1930) refere-se a ela como a Civilização do Couro.

Além da criação de gado, em que os caatingueiros atuavam como vaqueiros, desenvolvia-se a cultura de algodão, presente principalmente nos pequenos estabelecimentos sertanejos. Porém, os grandes criadores de gado passaram a ceder terras aos trabalhadores sem terras, em troca do restolho dessa cultura. Conseqüentemente, no final do século XIX, ocorreu uma revitalização da pecuária, uma vez que essa prática passou a ser associada ao cultivo de algodão. A pecuária e o algodão passaram a ser as duas grandes fontes de renda na região até o século XX.

No caso do Norte de Minas Gerais, tradicional na pecuária, Costa (2005) descreve períodos de relativa importância da cultura de algodão, beneficiando os milhares de agricultores familiares sem que tais agricultores abandonassem seus sistemas tradicionais diversificados, destinados à produção de fibras, alimentos e criação de animais associados com o aproveitamento alimentar e medicinal da flora nativa. No começo da década de 1990, uma crise assolou o algodão e uma das poucas alternativas que restaram aos agricultores familiares, que possuíam uma gleba de terra um pouco maior, passou a ser a pecuária. Algumas vezes diversificavam o plantel para muaras, caprinos e ovinos.

É, sobretudo, nas décadas de 1980-90, que ocorreu a forte intervenção de projetos e programas governamentais. Sem uma preocupação com a continuidade, ou mesmo de proporcionar os mecanismos que permitissem aos caatingueiros de promoverem o seu desenvolvimento, os projetos resultaram em fracassos freqüentes. O governo mudou, então, sua política: priorizou os grandes projetos ditos modernizadores e relegou a plano secundário aqueles voltados para a agricultura familiar. Introduzem-se os projetos de irrigação para frutas destinadas à exportação e à soja irrigada. Esses irrigantes modernos constituem um elemento da diversidade paisagística sem, todavia, apresentarem uma identidade sertaneja, como discutimos anteriormente. São eles, os irrigantes, os modernizadores da tipologia de Basand (1990), aqueles adeptos de todas as formas de modernização. No baixo vale de São Francisco, entorno de Juazeiro-Petrolina, eles formam a parcela dos agroindustriais, prestigiados na economia local.

Almeida e Vargas (1998), ao discutirem o sertão sergipano, analisam como os caatingueiros, excluídos sócio-territorialmente, sobrevivem precariamente. As autoras apresentam os bordados feitos pelas mulheres desse sertão como uma reprodução da cultura local e como o produto de geração de emprego e renda mais expressivo e articulador do referido sertão com várias capitais brasileiras. Uma pecuária extensiva ainda assegura a importância das fabriquetas de queijo. Tradicionais na produção de queijo coalho e do sertão, e abastecendo um vasto sertão do Norte da Bahia até a Paraíba, a persistência destas fabriquetas de queijo está sendo estudada por Menezes (2007) Elas resultam, mas também estimulam, a resistência da criação de gado na caatinga e o vaqueiro é a principal mão-de-obra. Tanto as bor-

dadeiras como os vaqueiros têm uma identidade que os caracteriza como resignados e tradicionalistas, de acordo com a tipologia de Bassand (1990).

Cabe ressaltar que, nos dias atuais, o caatingueiro fala menos de seca e mais de Semi-Árido, com o qual ele deve conviver. A mudança do discurso deve-se às Organizações Não-Governamentais (ONGs), às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e à Articulação do Semi-Árido (ASA), que inclui 800 entidades ao redor do projeto “um milhão de cisternas”. De acordo com Boff (2007), a estratégia da convivência com o Semi-Árido consiste, fundamentalmente, em criar sujeitos ativos, autônomos e inventivos. Assim, eles aprendem a aproveitar todos os recursos que a caatinga oferece, utilizando tecnologias sociais de fácil manejo, com o propósito de garantir a segurança alimentar, nutricional e hídrica através da agricultura familiar e de pequenas cooperativas.

Um exemplo de como o caatingueiro responde positivamente ao proposto pela natureza caatingueira é a cooperativa COOPERCUC (Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá/BA). A Coopercuc reúne cerca de 200 famílias, distribuídas pelos municípios de Uauá, Canudos e Curaçá, localizados no norte da Bahia. As famílias estão envolvidas na coleta e na fabricação dos derivados, principalmente de umbu, mas também de maracujá do mato, manga (*Mangifera indica, L.*) e goiaba (*Psidium guajava, L.*) para o fabrico de geléias, doces, sucos, compotas, polpas e óleos de cozinha de frutas exóticas da Caatinga brasileira. A cooperativa tem patrocínio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da ONG italiana *Slow Food*. Cerca de 65% da produção da Cooperativa são comprados pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e direcionados aos projetos sociais do governo na região. Outros 20% são vendidos em mercados de Salvador e Feira de Santana e em exposições em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Curitiba. O restante da produção (15%) é exportado para a França.

Os Vazanteiros ou barranqueiros

Nas ilhas e barrancas do rio São Francisco e nas margens de outros grandes rios que existem nos sertões, existem os barranqueiros ou vazanteiros. Estudando localidades nas áreas inundáveis das margens e ilhas sanfranciscanas, Luz Oliveira (2005 *apud* Costa, 2005) afirma que os vazanteiros se caracterizam por um modo de vida específico, construído a partir do

manejo dos ecossistemas sanfranciscanos, combinando, nos diversos ambientes que constituem seu território, atividades de agricultura de vazante e sequeiro com a pesca, a criação animal e o extrativismo, numa perspectiva transumante.

Essa autora identifica, em seu estudo, três grandes unidades da paisagem manejadas pelos vazanteiros: 1) O complexo “terra-firme” e 2) o complexo ilha, interligados pela terceira unidade, 3) o complexo rio, cujo ciclo define as dinâmicas ecológicas e, por conseguinte, as estratégias de manejo de cada uma delas. Na “terra-firme”, os ambientes se subdividem em: a) margem ou beira-rio; b) barranco; c) lagoas criadeiras; d) cerrado ou caatinga. Nas ilhas, os ambientes subdividem-se em: a) sangradouro; b) baixão; c) vazante, lameiro ou lagadiço; d) terras altas. O complexo rio promove a conectividade entre as unidades da paisagem, dando corpo e vida a uma unidade territorial que é básica para a manutenção do sistema produtivo e para a reprodução agroalimentar dos vazanteiros. A agricultura de sequeiro e de vazante é praticada na terra-firme e nas ilhas, sendo organizada de forma tal que as atividades de plantio e colheita se estendem por todo o ano. A pesca é praticada no rio, nas lagoas criadeiras e no baixão. A criação de animais de pequeno porte é feita nos arredores da casa, na beira-rio ou nas ilhas, e os de grande porte nas pastagens naturais das ilhas ou nas áreas de “solta”, na “terra-firme”. Nas áreas de uso comum da terra-firme é praticado também o extrativismo de frutas, lenha, plantas medicinais, plantas utilizadas na fabricação de sabão, de óleo e na construção das casas; além da caça, conforme Costa (2005).

O processo recente de ocupação da região sanfranciscana por projetos hidroelétricos, por grandes propriedades e projetos de culturas irrigadas, além de modificar o modo de vida, ou excluir a população do território tradicional, põe em risco as lagoas e a reprodução dos peixes.

Essa situação foi evidenciada em estudos feitos por Vargas (2003, p. 119), já na porção intermediária até a foz do São Francisco. A autora denuncia um quadro avançado de profundas alterações, pois “estas várzeas que se estendiam e se encolhiam com as enchentes e as vazantes do rio” que ocorriam, com a construção das barragens, desde os anos de 1970, já não existem mais. De acordo com a autora, no início dos anos 2000, a paisagem construída é o pasto na terra firme e a irrigação nas várzeas. Com o controle da vazão do rio, desapareceram os lagos naturais, de modo que há uma desestruturação da

base de subsistência e de organização dos ribeirinhos. A prática de tanques-rede surgiu como proposta governamental para assegurar a pesca e a sobrevivência dos vazanteiros.

A despeito das transformações ambientais, a unidade do território Rio São Francisco persiste como lastro mítico para os vazanteiros, na opinião de Costa (2005). A natureza e a sociedade fazem parte de uma totalidade, na qual agem também seres mitológicos do rio. Esse sistema de representações constitui um referencial para os vazanteiros relacionarem-se com os diversos ambientes do seu território.

Esta discussão sobre os vários sertanejos remete a uma outra questão: sobre qual sertão falamos?

Os Sertões, dos sujeitos e das representações

Os estudos desenvolvidos por uma atual geração de geógrafos esclarecem-nos que os sertões, seus lugares, suas paisagens e seus símbolos possuem uma dinâmica singular, muito embora, atualmente, os sertões e suas sociedades têm ganhado outros impulsos com o processo de modernização. Somente para ilustrar citamos: Azevedo (2007), por exemplo, estuda a cultura “dos currais” e política no sertão do Serido Potiguar. Oliveira (2006) aborda os saberes dos camponeses do sertão cearense. Chaveiro (2005) dá ênfase aos símbolos das paisagens goianas. Mendonça (2005) introduz a expressão “os povos cerradeiros”. Rigonato (2005) discute as populações tradicionais do Cerrado. Santos (2003) fala sobre a dimensão cultural das paisagens dinâmicas do cerrado em Minas Gerais. Almeida e Vargas (1998) tratam sobre o mesmo tema enfocando o sertão sergipano.

Geograficamente, o termo sertão refere-se aos chamados sertões nordestinos – desde o norte de Minas Gerais abrangendo os estados centrais do Nordeste até o Piauí – e ao sertão brasileiro, considerando os estados de Minas Gerais, de Goiás, de Mato Grosso do Sul e parte de Mato Grosso. Para Dayrell (1991, p.5), o sertão no Norte de Minas Gerais corresponde à área de ocorrência do cerrado nas suas especificidades: “cerradão, cerrado, campo-cerrado e altimontano, incluindo, ainda, as veredas, a floresta caducifólia ou subcaducifólia, a caatinga de várzea e a caatinga com uma faixa com formações de transição entre o cerrado, a floresta e a caatinga”. Essa terminologia

contempla as classificações botânicas e aquelas feitas localmente pela população.

As populações daquela região classificam os diversos ambientes dos cerrados norte-mineiros, ainda conforme Dayrell (1991), em cerradão, gerais (categoria que contém as diversas formas de cerrado classificadas pelos botânicos), vazante (florestas galerias), veredas, barrancos (as matas das margens dos rios) e caatinga. A despeito de o Norte de Minas Gerais ser a transição entre o bioma cerrado e o bioma caatinga, a população norte-mineira não compreende os dois como biomas distintos. Para os norte-mineiros, cerrado e caatinga ali são como parte de uma totalidade ambiental, assim como a sociedade regional é compreendida como uma totalidade (COSTA, 2005). Os norte-mineiros compõem o sertão e são eles sertanejos.

Igualmente, essa condição sertaneja é reivindicada por outros lugares. Mendes (2007) relata o caso da cidade de Vitória da Conquista, na Bahia. Apesar de geograficamente estar localizada em uma faixa de transição entre a zona da mata e o domínio extensivo das caatingas, Vitória da Conquista foi amplamente proclamada nos discursos como uma cidade sertaneja. Esta identificação é evidenciada com muita ênfase em diversas construções discursivas, práticas sociais e no próprio Hino da cidade: “Conquista, jóia do sertão baiano/ Ó pérola fulgente do sertão/ Minha querida terra sertaneja...” As constantes evocações ao sertão produzem sentidos e territorialidades.

Para essa condição de sertaneja, contribuiu o uso dado àquelas terras, por quem explorava as terras produtivas do litoral, estabelecendo que o sertão eram as terras áspers do interior, com matas que não são florestas. Isso fez aproximar histórica e socialmente os biomas da Caatinga e do Cerrado.

Ab’ Saber (1994-1995, p. 95) estabelece como sertão uma tipologia com base em variações climáticas e fisionômicas distinguindo “sertão bravo” (áreas mais secas), “altos sertões” (áreas semi-áridas rústicas e típicas, existindo nas depressões colinosas), “caatingas agrestadas” ou “agrestes regionais”. Entretanto, em estudo anterior, realizado em 1985, tal autor chamava a atenção para a delimitação dos sertões secos como sendo uma obra técnica a partir do “Polígono das Secas”, criada pelo IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), órgão que posteriormente transformou-se no DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas).

Para Arruda (2000, p. 28), o termo “sertões” é uma representação cultural, leitura elaborada da realidade, constituída do real, dos próprios lugares físicos e também, talvez principalmente, da memória de um processo de transformação da paisagem, com todos os conflitos ocorridos na concreta “reocupação” espacial do chamado “sertão”. Sendo assim, pode-se concordar com Espíndola (2004, p. 2), para quem “não existem limites rígidos determinando onde começa e acaba o sertão, mas linhas que se movimentam conforme as circunstâncias. O sertão foi território que se expandiu e se contraiu”. São, portanto, vários os sertões.

De acordo com Leonardi (1996, p. 28), o conceito de sertão tem algo a ver com a idéia de fronteira do período colonial, quando ninguém sabia ao certo onde terminava o mundo português e onde se iniciava o mundo espanhol na América. Essa imprecisão espacial criava uma mobilidade física e mental extraordinária empurrando gente para as “bocas do sertão”. Quase sempre essas eram as fronteiras entre “o legal e o ilegal, entre o possível e o impossível. Sertão dos perigos e dos riscos onde a imaginação crescia, virando causos ou mentira, ou fato histórico ou esquecimento”. Para o referido autor, tais aspectos tornam o sertão uma categoria histórica que se situa no limite entre a ficção e a realidade.

Abordando essa idéia de *sertão*, Moraes (2002; 2003) é enfático ao afirmar que o sertão é, sobretudo, um discurso valorativo, baseado em uma realidade simbólica, qualificando os lugares de acordo com a mentalidade dominante e os interesses. Para ele, sertão é somente uma condição.

Essa concepção do “sertão/espço não existe em si mesmo, mas unicamente através de um conjunto de efeitos ou de interações que ele engendra”, já havia sido afirmada por Almeida (2003a, p. 74). Ainda em consenso com esta análise, Espindola (2004, p. 3) destaca que o “sertão foi um discurso sobre espaços e pessoas, uma construção simbólica com fins determinados”. Já havíamos enfocado tal afirmação anteriormente, quando afirmamos: “a construção discursiva sobre o sertão espelha a maneira como ele é pensado e uma maneira específica de ‘ver’ o mundo” (ALMEIDA, 2003a, p. 71).

A localização do território sertão entre o espaço mais densamente ocupado (Sul e Sudeste do Brasil) e a Região Norte possibilitou um sistemático processo de integração, que, desde os anos de 1950, passou a constituir-se em uma extensa fronteira agrícola propiciada pela sua capacidade de

receber população e seu potencial econômico a ser explorado. Atentos a essas características, os investidores governamentais e multinacionais procuraram transformar tal região em um grande produtor, principalmente, de gado e de grãos, para o abastecimento do mercado mundial. A soja e o milho foram selecionados, juntamente com a pecuária que historicamente fez a ocupação dos sertões, bem como a mineração e a silvicultura como os principais produtos de destaque regional.

Para o ideário desenvolvimentista que caracterizou as principais políticas governamentais desde a década de cinquenta do século XX, as vastas terras do Cerrado e Caatinga significavam, e ainda significam, um espaço com viabilidade econômica, obscurecendo, dessa forma, seu potencial enquanto biodiversidade. A expansão da monocultura da soja, embora venha favorecendo a balança comercial brasileira, também está afetando sensivelmente o ecossistema e as populações locais. No caso da biodiversidade, há a perda de *habitat* de inúmeras espécies animais e vegetais, o que se reflete sobre aquelas populações gradualmente privadas de sua base de recursos. Isso compromete sua identidade cultural enquanto homem cerradeiro e caatingueiro. Também, deve-se considerar que a devastação da vegetação natural significa a perda do conhecimento acumulado ao longo dos tempos, sobre o uso medicinal e uso do alimento tradicional das plantas, pelas populações a elas associadas. Estas, muitas vezes, migram para centros urbanos, provocando a ruptura do saber e conhecimento acumulado em sua vivência com a natureza. Schultes (1994) chega mesmo a denominar esse processo de “queima de biblioteca”.

A leitura etnogeográfica à guisa de conclusão

Propositadamente usamos a expressão “etnogeográfica” para este artigo, visando chamar a atenção sobre um domínio da geografia cultural e a raridade do uso deste termo pelos geógrafos. A prática da etnogeografia, contudo, é antiga, e Claval (1992) cita, como exemplos de estudos etnogeográficos, aqueles feitos por Sauer (1947), analisando a relação entre os homens e as plantas, e o estudo de Condominas (1980), discutindo o espaço social do Sudeste asiático. Todavia, o termo passou a ser conhecido pelos geógrafos franceses ao

Taillard fazer uma referência ao mesmo, em 1981, em um artigo publicado na revista *L' Espace Géographique*.

Claval (1992) afirma que a etnogeografia tem como preocupação as representações que uma sociedade faz do mundo, da natureza e das espacialidades das relações. E, neste sentido, o estudo sobre Brasil sertanejo procurou, sobretudo, evidenciar a etnoterritorialidade, na qual se destaca a estreita relação de uma cosmologia com o lugar, como o ambiente é concebido e vivido pelos homens.

Com os estudos etnogeográficos, a ênfase é dada na diversidade de organizações espaciais delimitadas pelos padrões culturais. Compreende-se que a diversidade de normas que presidem a organização do espaço é bem maior do que deixam supor os modelos dominantes na geografia econômica e na geografia política. Assim, a etnogeografia busca penetrar na intimidade dos grupos culturais, o vivido pelos homens, concretizado em crenças, valores e visão de mundo. Esta cultura vivida é, ademais, o objeto de estudo da etnogeografia e motivou este ensaio no que concerne a buscar explicar a diversidade de organizações espaciais no sertão brasileiro.

Procurou-se aqui, na perspectiva proposta por Cosgrove (1998), vislumbrar a “linguagem” dos símbolos e significados impressos pelos distintos sertanejos em suas paisagens. Insistiu-se na vontade de provocar um olhar diferente na busca das evidências materiais e imateriais para as diversidades paisagísticas e identidades sertanejas. A interpretação geográfica dos sertões aqui feita revela, intencionalmente, grupos de precarização sócio-espacial, ainda marcados pelos elementos simbólicos e materiais e pela forma como sociedade e natureza interagem.

É possível afirmar, então, que esses elementos compõem um campo no qual natureza e sociedade são representadas num universo unitário, porém, elaborando heterogeneidades. O *habitat* e a paisagem de cada sociedade não são, portanto, unicamente consequência da “oferta natural” e de solo, clima, vegetação, altitude, mas sim, o produto de um conjunto de dispositivos sociais, políticos e culturais. Esses dispositivos fortalecem-se, mas também se esgarçam ao comporem os territórios dos sertões, tornando-os diversos. Posto que as identidades são dinâmicas, pode-se dizer que elas se relacionam com um contexto sócio-espacial e, no caso dos sertões, a existência de identidades plurais é parte deste processo.

Com este viés interpretativo neste estudo priorizou-se, também, uma reflexão sobre a natureza e a cultura dos sertões, espelhadas no território, posto que a existência destas é produto das concepções de mundo e das relações sociais. Neste caso, os sertões, enquanto território, foram discutidos, sobretudo, como representações, por um lado, e produto da cultura ecológica, por outro lado. Ilustrou-se com as populações sertanejas.

Se considerarmos, a priori, que as classificações naturais são a replicação das classificações sociais, podemos, por conseguinte, afirmar que as sociedades presentes nos ambientes de cerrados, várzeas, barrancos e caatinga são múltiplas, apesar de constituírem-se em uma unidade totalizada. E que a multiplicidade social, contida nos sertões, é útil para pensarmos essa mesma sociedade.

Referências

- ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: Briguiet, 1930.
- AB' SABER, Aziz. No domínio das caatingas. In: _____. **Caatinga, sertão e sertanejos**. Rio de Janeiro: 1994-1995. p. 47-55.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Diversidades Paisagísticas e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, M.G, CHAVEIRO, E.F., BRAGA, H.C. **Geografia e Cultura**. Os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Ed. Vieira, 2008. p. 47-74.
- _____. 2005. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**. Ano 2, n. 2. Fortaleza: 2005. 103-114.
- _____. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA M. G. de; RATTIS A. J. P. **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa. 2003a. p. 71-88.
- _____. Cultura Ecológica e Biodiversidade. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, ano 2, n. 03, 2003b, p. 71-82.
- ALMEIDA, Maria Geralda de; VARGAS Maria Augusta Mundim. A dimensão cultural do sertão sergipano. In: DINIZ J. A. F.; FRANÇA, V. (Orgs.). **Capítulos de Geografia nordestina**. Aracaju: NPGE/UFS. 1998. p. 469-485.
- _____. **O Baixo São Francisco sergipano: expressões culturais e territorialidades-etnografia do sertão sergipano**. Aracaju/UFS/Seplantec-SE. Mimeografado. 1997.
- ANDRADE. Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 5ª edição. São Paulo: Atlas. 1986.

ANDRADE, Rodrigo Borges. **Religiosidade e Modos de vida: processos de (re) construção do lugar na comunidade rural Tenda de Moreno em Uberlândia-MG**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru: Edusc, 2000.

AZEVEDO, Francisco F. **Entre a cultura e a política: uma geografia dos “currais” no Sertão Potiguar**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia (mimeo). 2007.

BAILLY, Antoine. La geografia, imagen del mundo. In: BALLESTEROS (coord). **Métodos y técnicas cualitativas en geografía social**. Barcelona: Oikos-tau, 1998. p. 27-31.

_____. La géographie des représentations: espaces perçus et espaces vécus. In :BAILLY (org.). **Les concepts de la géographie humaine**. Paris: Masson. 1984.

BASSAND, Michel. **Culture et régions d'Europe**. Lausanne/Suíça: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 1990.

BOFF, Leonardo. **O Semi-Arido, o mais chuvoso do planeta**. Disponível em: http://www.nossaterra.wordpress.com/2007/11/05/leonard_boff_defende_a_convivencia/ Acesso em 21\12\2007

BOLLE, Willi. Grandesertão.br ou: a invenção do Brasil. In: MADEIRA, A.; VELOSO, M. (orgs.). **Descobertas do Brasil**. Brasília: Editora da UnB. p. 165-240.

BONNEMAISON, Joel. Voyage autour du territoire. **L'espace géographique**, n. 4, p. 249-262, 1981 .

CHAVEIRO, Eguimar. F.Símbolos das Paisagens do Cerrado Goiano. In: ALMEIDA M. G. (org.) **Tantos Cerrados**. Goiânia: Editora Vieira, 2005. p. 38-48.

CLAVAL, P. **La géographie du XXI siècle**. Paris: L' Harmattan, 2003.

_____. **La géographie culturelle**. Paris. Nathan, 1995.

_____. Champ et perspectives de la géographie culturelle. **Géographie et Cultures**, n. 1, p.7-38, 1992.

COSGROVE, Denis. A Geografia esta em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, Roberto L; ROSENDAHL, Z. (orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 92-123.

COSTA, João Batista de A. Cerrados Norte Mineiros: populações tradicionais e suas identidades territoriais. In: ALMEIDA M. G. (org.). **Tantos Cerrados**. Goiânia: Vieira, 2005. p. 72-98.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Populações Tradicionais do Norte de Minas:**

Transformando o uso sustentável da biodiversidade em trunfo para o desenvolvimento territorial. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Diagnóstico PICUS/FUNBIO (mimeo). 2005.

- DAYRELL, Carlos Alberto et alii.. **Grande Sertão: Veredas e seus ecossistemas.** Montes Claros: Grupo de Estudos e Ação Ambientais (mimeo). 1991.
- DI MÉO, Guy; BULÉON, Pierre. **L' espace social.** Lecture géographique de las sociétés. Paris: Armand Colin, 2005.
- DI MEO, Guy. **Géographie sociale et territoires.** Paris: Nathan Université, 2001.
- ESPIÑOLA, H. S. **Um olhar sobre a paisagem mineira do século XIX:** os sertões são vários. Disponível em: <http://www.ufop.br/ichs/conifes/anais/CMS/ccms17.htm>. Acesso em 20 de novembro 2004.
- GREFFIER, Luc. **L'animation des territoires.** Les villages de vacances du tourisme social. Paris: L'Harmattan, 2006.
- HAESBAERT, Rogerio. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F.G.B; HAESBAERT, R. **Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos.** Rio de Janeiro: Access, 2007. p.33-57.
- _____. Precarização, reclusão e "exclusão" territorial. **Terra Livre.** Fortaleza, ano 20, v. 2, n. 23, p.35-51.
- _____. Identidades Territoriais. In: CORREA. R. L.; ROSENDAHL Z. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1999.
- _____. **Des-territorialização e identidade.** Niterói: Eduff. 1997.
- KATZER, Rosário T. **Da labuta para a conquista da terra aos labirintos da sojicultura:** um olhar sobre o assentamento Rio Paraíso, em Jataí (GO). Dissertação de mestrado em Geografia. IESA/UFG, 2005.
- LEONARDI, Vitor. **Entre árvores e esquecimentos:** história social dos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.
- LUZ DE OLIVEIRA, Claudia. **Vazanteiros do Rio São Francisco:** um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG. Dissertação de Mestrado. 2005.
- MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples.** São Paulo: Editora Hucitec, 2000.
- MENEZES, Sonia S. Mendonça. **Vaquejada:** a Pega de boi na Caatinga resiste no Sertão Sergipano (mimeografado), 2007.
- MENDES, Geisa Flores. **Território, Lugar e Identidade nas representações do Sertão da Ressaca – Ba.** (mimeografado). 2007.
- MENDONÇA, Marcelo. Os novos movimentos sociais cerradeiros: a territorialização do MAB em Goiás. In: ALMEIDA, M. G. (org.). **Tantos Cerrados.** Goiânia: Vieira. 2005. p. 196- 221.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *O Sertão:* um "outro" geográfico. **Terra Brasilis,** Rio de Janeiro, Anos III – IV, n. 4-5, 2002-2003.

OLIVEIRA, Alexandra M. Camponeses tecendo saberes no sertão: o uso comum das terras soltas. In: SILVA, José B. et alii (Orgs.). **Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão gráfica, 2006. p. 95-106.

PENNA, Maura. **O que faz ser nordestino: Identidades sociais, interesses e o "escândalo" Erundina**. São Paulo: Cortez, 1992.

RIGONATO, Valney Dias. A dimensão sócio cultural das paisagens do cerrado goiano: o distrito de Vila Borba- GO. In: ALMEIDA, M. G. (org.). **Tantos Cerrados**. Goiânia: Vieira, 2005. p. 49-71.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968.

SANTOS, Rosselvet José. A dimensão cultural das paisagens rurais. In: ALMEIDA, M. G. de; RATTTS, A. J. P. (orgs.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 133-158.

SCHULTES, R. E. Burning the library of Amazonia. **The Sciences**, p. 24-31, March/ April.

VARGAS, Maria Augusta M. Sustentabilidade cultural e as estratégias de desenvolvimento do Baixo São Francisco. In: ALMEIDA, M. G. de; RATTTS, A.J. P. (orgs.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 113-131.

Sites

COOPERCUC. Disponível em: www.nordestecerrado.com.br/coopercuc-cooperativa-de-agropecuaria-familiar-de-canudos-uaua-e-curaca-ba/. Acesso em: 9 de dezembro de 2007.

COOPERCUC. www.gefcaatinga.com.br/ler_noticias.cfm?id=23. Acesso em: 10 de dezembro de 2007.